



Grupo de Trabalho GT VII Direito à Cidade e Direitos Humanos

O lugar do pobre: notas sobre representação, mercado e habitação no Rio de Janeiro Olímpico

Autor: Bruno Amadei Machado. Arquiteto e urbanista (UFF), especialização (em andamento) em Sociologia Urbana (UERJ).

RESUMO

Em agosto de 2015, a exato um ano para o início dos Jogos Olímpicos de 2016, um famoso veículo de notícias internacional divulga entrevista inédita com Carlos Carvalho, empresário à frente da empreiteira Carvalho Hosken. Em diálogo aberto, Carvalho expôs suas impressões sobre o Rio de Janeiro, defendendo aquilo que vem sendo anunciado como o “legado” das Olimpíadas para a cidade e, mais precisamente, para o desenvolvimento urbano da Barra da Tijuca. Em poucos dias, as palavras de Carvalho reverberaram rapidamente na mídia, gerando pronunciamentos de figuras públicas cariocas e instituições diretamente envolvidas na realização do megaevento esportivo, tais como o prefeito Eduardo Paes e o Comitê Olímpico Internacional. Este artigo lança luz sobre alguns dos temas presentes na fala do Sr. Carvalho, buscando revelar a representação da pobreza e do seu sujeito, o pobre, bem como os lugares a ele destinados no contexto carioca de megaeventos que agora se desenha.

ABSTRACT

In August 2015, one year prior to the Rio 2016 Olympic Games, a well-known international media reports an exclusive interview with Carlos Carvalho, owner of construction company Carvalho Hosken. In an open dialogue, Carvalho exposed his impressions of Rio de Janeiro, in defense of what has been announced as the ‘legacy’ of the Olympics to the city, and more precisely to the urban development of Barra da Tijuca region. A few days later, the words of Mr. Carvalho resonate fast over the media, generating pronouncements of key actors and institutions directly involved in the realization of the mega sports, such as Rio’s mayor Eduardo Paes and the International Olympic Committee (IOC). This article sheds light over some of the ideas that are present in the speech of Mr. Carvalho, seeking to unveil the representation of poverty and of its subject, the poor, as well as the places intended for that population in the context of Global Sports Events that is now taking place.



1. O redesenho da cidade no contexto Olímpico

“A Olimpíada, da forma como chegou, e com as definições que trouxe aqui para o Rio, foi uma benesse de Deus para a cidade. Os Jogos vão dar a essa cidade aquilo que ela realmente representa no contexto nacional e internacional.” Carlos Carvalho (BBC, 2015)

Esta análise se inicia com a transcrição do trecho acima, onde Carlos Carvalho exalta o protagonismo da cidade e, através daquilo que acredita ser uma “benesse de Deus”, evoca ao Projeto Olímpico certa força transcendental: tão natural em sua essência, os Jogos de 2016 por si dispensariam explicação. O “espírito olímpico” consistiria, sobretudo, em uma promessa de mudança positiva cuja aderência é praticamente instantânea, racional, sendo difícil e imprudente se opor a ela. Mas para compreender o redesenho observado no Rio de Janeiro Olímpico, deve-se recuperar a trajetória de construção de um modo específico de gerir a cidade carioca, iniciado nos anos 1990 sob a égide da experiência de Barcelona. Impulsionado pelos Jogos Olímpicos de 1992, o modelo de planejamento adotado por Barcelona obteve grande difusão e hegemonia na América do Sul. Em linhas gerais, tal modelo introduziu na gestão urbana práticas e valores originados do mundo empresarial, fortemente influenciados pela bula neoliberal à época em franca expansão.

No plano discursivo, constrói-se a marca de uma cidade portadora de atributos únicos, flexível frente aos desafios contemporâneos, competitiva a nível global e integrada aos fluxos financeiros, capaz de atrair para si investimentos e agenciar negócios. Segundo Vainer (2011), tal modelo se valida para o mundo, é respaldado e ganha impulso através da organização de grandes eventos internacionais; no plano econômico, argumenta-se que a experiência servirá para aquecer a economia local através do incremento do turismo, bem como na geração de novos empregos nos setores de serviços e da construção.

Ao impulso olímpico modernizante cuja herança se convencionou chamar de “legado”, as obras de infraestrutura são o carro-chefe. Sabe-se que a infraestrutura é um gargalo histórico das metrópoles brasileiras, acometendo em certo grau toda a população e sendo desigualmente mais experimentado pelas camadas pobres, na precariedade dos seus territórios pouco urbanizados bem como nas longas jornadas diárias de deslocamento metropolitano. Carvalho logo se mostra positivo,



inflacionando porcentagens ao caracterizar o destino de uma cidade que enfim tomará rumos planejados:

“A Olimpíada está trazendo essa cidade para todos, estão integrando o Rio. As obras vão trazer toda a Baixada para cá, o que vai desafogar a cidade. O legado é incomensurável. Este espaço privilegiado está recebendo uma infraestrutura que permitirá um desenvolvimento urbano ordenado, que evite que o povo sofra por erros urbanos. Tenho a convicção de que a solução que está sendo dada, se não é a melhor que poderia ser, sem sombra de dúvidas já alivia em 1.000% o sofrimento que o povo vinha tendo no exercício de usar a cidade.” Carlos Carvalho (BBC, 2015)

Se a fala do empresário representa, por um lado, uma expectativa popular generalizada, por outro deve-se suspeitar dos benefícios gozados pelo interlocutor, dono de uma das maiores empreiteiras do país. Sua empresa está a cargo de executar obras olímpicas com os maiores aportes, cujo destaque é o Parque Olímpico. Vencedora sem concorrentes na disputa pela Parceria Público-Privada (PPP), a companhia integra o consórcio com a Norberto Odebrecht e Andrade Gutierrez, ambas atualmente investigadas por esquemas de fraude em licitações e corrupção na Petrobras. Pois em nome da agilidade e eficiência, à semelhança do mundo corporativo, a “cidade de exceção” abre constantes prerrogativas em favorecimento do mercado, onde a lei *“torna-se passível de desrespeito legal e parcelas crescentes de funções públicas do estado são transferidas a agências ‘livres de burocracia e controle político’* (VAINER, 2011). No entanto, sabe-se que tal reconfiguração ocorre com enormes prejuízos à democracia, uma vez que, em nome de um inalcançável consenso em torno da formulação de objetivos “estratégicos”, o comum acordo entre governo e sociedade se viabiliza por vias antidemocráticas. Assim, planeja-se a cidade por meio de decisões centralizadas na figura de um chefe carismático (prefeito) que, de portas fechadas e com o auxílio de uma equipe capaz de fornecer o domínio técnico da questão, dá a última palavra e abre constantes exceções.

Nesta direção, o caso da Vila Autódromo serve para ilustrar as regras do “Jogo Olímpico”. Localizada em área de rápida valorização fundiária, vizinha do futuro Parque Olímpico, o bairro vem sendo removido à força para ceder terreno à iniciativa privada, que ali pretende erguer empreendimentos imobiliários de alto



padrão. Em resposta às críticas face à remoção em curso na Vila Autódromo, Carvalho afirma:

“(...) tem gente que não concorda, que acha que isso não é bom, e que tinha que deixar os que estavam lá, mas esse problema não é meu. É um problema político, que eles sabem como resolver. Quem está dando o tom é o prefeito, e nós naturalmente estamos juntos, e achamos que as providências são adequadas. É uma opinião técnica, e não política.” (BBC, 2015)

Respaldado na autonomia do discurso técnico desvinculado da política, a cidade de exceção opera de maneira a isentar a responsabilidade dos seus financiadores, que por sua vez legitimam a decisão do prefeito enquanto aguardam colher os frutos prometidos pela PPP. Acerca dos processos de remoção em curso, Faulhaber e Azevedo afirmam:

“Por estarem localizados muitas vezes em zonas de alta especulação imobiliária, os moradores desses assentamentos populares acabam disputando espaço com a população de classes média e alta que enxergam a presença da favela como uma ameaça. (...) Ontem, como hoje, a eliminação das favelas significa liberar terrenos e dispor de áreas para que se possa construir, urbanizar ou valorizar para a utilização futura.” (FAULHABER; AZEVEDO, 2015)

A presença da favela seria assim encarada como uma ameaça. “Ameaça” no singular, unitária no discurso, mas constituída por uma multiplicidade de ameaças que na maioria das vezes operam em regime de sobreposição: ameaça à higiene, ameaça à segurança, ameaça à ordem e ameaça à economia. A seguir, prosseguiremos relacionando a fala de Carlos Carvalho a algumas destas ameaças.

2. Pobreza e higiene

Para defender o “direito” adquirido pelo proprietário do imóvel de alta renda de não precisar conviver com os vizinhos da Vila Autódromo, Carvalho é exitoso ao sintetizar em poucas palavras séculos de repulsa pelo Outro, indígena ou favelado:

“Você não pode ficar morando num apartamento e convivendo com índio do lado, por exemplo. Nós não temos nada contra o índio, mas tem certas coisas



que não dá. Você está fedendo. O que eu vou fazer? Vou ficar perto de você? Eu não, vou procurar outro lugar para ficar.” (BBC, 2015)

No caso acima, a analogia para falar dos moradores da Vila Autódromo opera através da imagem do índio, um Outro distante e igualmente “bárbaro” tal como o pobre. Contudo, se optarmos por outra via e rejeitarmos a afirmação de que pobres e índios são bárbaros, constataremos que tal representação foi em algum momento naturalizada e que, neste caso, em algum período a imagem da pobreza esteve vinculada à imagem da falta de higiene. Lícia Valladares defende que para resgatar o surgimento do discurso sobre a pobreza na sociedade urbana brasileira, deve-se necessariamente considerar *“em primeiro lugar a questão da saúde e a da necessidade de higienização da cidade tais quais apareceram no discurso médico-higienista do século XIX”*:

“Preocupados com a ‘desodorização do espaço urbano’, nossos higienistas sociais, influenciados pelas teorias médicas francesas, acabaram por estabelecer uma estratégia de medicalização da cidade que implicaria desde a desinfecção dos lugares públicos, a drenagem dos pântanos, o alinhamento das ruas até o combate direto aos surtos epidêmicos sobretudo no Rio (...). A denúncia realizada pelos sanitaristas abriu assim caminho para a própria intervenção sobre a pobreza.” (VALLADARES, 1991. p. 85)

Se os cortiços eram o alvo do discurso médico-higienista na virada do século XIX-XX, Carlos Carvalho confirma que os territórios populares continuam sendo alvo de estigmas que relacionam pobreza e higiene. Mais além, Valladares ressalta não apenas um, mas uma série de discursos sobre a pobreza que foram *“se justapondo e se sucedendo ao longo dos anos”*. Assim, o discurso da atualidade que criminaliza a pobreza não se enquadra em apenas uma disciplina - ao invés, ele reúne várias imagens que, conforme o arranjo desejado, discorrem sobre a pobreza. Como exemplo, Carvalho também aciona o argumento econômico para novamente excluir o pobre dos lugares da elite:

“Para botar tubulação de água e de luz há um custo alto, e quem mora paga. Como é que você vai botar o pobre ali? (...) Há muitos bairros que agasalham pessoas com poder aquisitivo mais modesto. Foi o meu caso. Eu vim morar em Jacarepaguá porque era onde meu pai podia morar. Nasci ali, fiz escola pública e fiz minha vida. Cada um pode fazer a mesma coisa.” (BBC, 2015)



O discurso é claro ao subordinar o acesso a direitos fundamentais, tais como água potável e energia elétrica, à capacidade de poder pagar por eles, instaurando uma seletividade de direitos que opera conforme a faixa de renda, em clara ameaça à dignidade humana. Sem recursos, restaria ao homem ser “agasalhado” por bairros “com poder aquisitivo mais modesto” – ou seja, expulso para bairros sem infraestrutura. Por fim, ao afirmar que “*cada um pode fazer a mesma coisa*”, Carvalho lança mão de uma certa ética vinculada ao trabalho que faz com que o pobre, ainda que destituído de direitos, continue sendo a razão do seu próprio sucesso ou fracasso. Certamente, a despeito de todo e qualquer esforço, o enriquecimento vivenciado pelo empresário jamais será o destino dos quase dois milhões de favelados cariocas.

3. Ilha Pura, pobreza e segregação

“Em Ilha Pura, a vida pulsa e você encontra uma nova forma de viver na Barra.”

Nas últimas décadas, o fenômeno da criminalidade violenta (MACHADO, 2009) está relacionado a um novo padrão de segregação espacial, que veio a se tornar o modelo urbanístico observado na expansão das novas áreas da cidade destinadas às classes altas, situadas em especial na Zona Oeste, cujo centro irradiador é a Barra da Tijuca. Não por coincidência, a Barra da Tijuca foi o local escolhido para receber os maiores equipamentos esportivos dos Jogos Olímpicos, bem como o complexo que irá abrigar os esportistas durante o período das competições. A Vila dos Atletas, batizada de Ilha Pura e construída pela Carvalho Hosken em conjunto com a Odebrecht, consiste em um megacomplexo de 3.604 unidades habitacionais a ser posteriormente revertido em moradias de alto padrão, em mais um “legado” Olímpico cujo usufruto se restringe apenas aos que puderem pagar – e muito – por ele.

Retornando ao tema da criminalidade violenta, sabe-se que na atualidade a demanda por mais segurança gera respostas em escalas e esferas distintas. Na esfera pública, autores defendem que o Estado vem atuando com mais repressão, sobretudo nos territórios populares. Já na esfera privada, o mercado trata de oferecer mais sensação de proteção, seja através da vigilância por aparatos tecnológicos ou da segregação por barreiras físicas (FERRAZ; POSSIDÔNIO, 2004). Antes alimentado pelo temor das ditas “classes perigosas” (VALLADARES,



1991) que colocavam em risco a ordem social do início do século XX, na contemporaneidade os crimes violentos permanecem fortemente vinculados ao discurso sobre a pobreza. Assim, se a higiene serviu (e indiretamente ainda serve) para expulsar os pobres dos seus locais de moradia, agora é o medo da violência que assegura que os mesmos não circulem nos territórios da elite. Em sua pesquisa sobre a disseminação de enclaves fortificados em São Paulo, Teresa Caldeira afirma que:

“As falas cotidianas sobre o crime funcionam na base de elaborações sobre o bem e o mal e, ao alinhar os grupos sociais a um ou outro desses polos simbolicamente irreconciliáveis, criam diferenças rígidas entre esses grupos, além de fazer aumentar o temor daqueles colocados no lado do mal. Essas falas contribuem para a construção de separações inflexíveis que são, nesse sentido, análogas aos muros que se multiplicam na cidade.” (CALDEIRA, 1997)

Segundo a autora, a multiplicação de muros seria característica de um “novo conceito de moradia”, analisado por ela através da publicidade de condomínios de classes média e alta de São Paulo: *“Os anúncios apresentam a imagem de **ilhas** às quais se pode retornar ao fim do dia para encontrar um mundo exclusivo de prazer entre pares, onde ‘convivência sem inconveniência’ seria possível”* (Idem. Grifos meus). No contexto Olímpico carioca, a situação não seria diferente; para conquistar o potencial comprador, Carvalho idealiza um empreendimento cuja viabilidade deve estar perfeitamente ajustada às demandas do cliente: *“Vou ter que resolver comercialmente e ver as coisas que a gente precisa fazer para que as pessoas se interessem a ir para lá. Tenho que conquistar o cliente.”* (BBC, 2015)

Mas afinal, como conquistar o cliente? A resposta passa pela venda de isolamento, e exclusividade; não por acaso, no empreendimento em questão a distinção é um valor impregnado até na escolha do nome, que combina a “Ilha”, expressão física de um princípio, à imagem de um espaço “puro”, compartilhado apenas por iguais. Se o nome já não fala por si só, ou se este não for suficientemente tangível para promover a separação desejada, o site de divulgação do empreendimento não deixa de mencionar alguns dos aparatos tecnológicos de segurança projetados: *“sistema de CFTV (circuito fechado de televisão) nas áreas comuns, acesso de automóveis por portões automatizados e cancelas junto à guarita, alarme perimetral, portão de*



acesso de pedestres, com fechaduras automáticas com acionamento a partir da guarita.”

Em outro trecho da entrevista, dessa vez imbuída de certo “espírito social”, a teologia do trabalho de Carvalho reaparece. O empresário defende que é preciso gerar encantamento, motricidade para que o indivíduo trabalhe, melhore de vida e por fim acesse a Ilha Pura pelo portão principal:

*“E nós achamos que isso é que é fazer o lado social: ter a inteligência de gerar conforto para aqueles que podem usufruir dele. Se não as pessoas ficam só desejando, mas nunca chegam lá. Temos que fazer com que aquilo seja um encantamento, que faça com que muitas pessoas melhorem de vida para poderem usufruir. **A Ilha Pura vai ter os Jardins do Rei. Nós vamos transformar todo mundo em rei.** Estamos partindo para criar as bases para que uma nova cidade se desenvolva com condições satisfatórias para os moradores.”* (BBC, 2015. Grifos meus)

Para o empreiteiro, o mercado crê estar “fazendo o lado social” ao vender bem-estar para grupos específicos, mediante pagamento prévio. Em outras palavras, não seria este apenas um desdobramento do *fazer negócio*, similar a qualquer outro que dependa, por exemplo, da lei da oferta e demanda? Na cidade gerida como uma empresa, a cidadania caminha no terreno onde a existência de direitos está condicionada ao poder de compra, onde o título de rei vigora novamente, sendo concedido pelo Deus-Mercado apenas àqueles capazes de pagar por ele. No entanto, se a existência de um poder soberano *a priori* jamais reconhece membros superiores ou iguais ao rei, qual lugar é relegado aos outros, aqueles que não podem pagar? Enquanto não enriquecem, os súditos enfrentarão longas jornadas metropolitanas, serão controlados biometricamente nas guaritas dos condomínios, vigiados remotamente e vestirão uniformes que os diferenciem dos moradores para, finalmente, poderem regar os Jardins do Rei.

4. Considerações finais

Observa-se que a dominação dos corpos e das mentes dos pobres urbanos ocorre em um contexto novo que, tal como exemplificado através de reformas que remontam ainda ao século XIX, não surge por conta das Olimpíadas. Em forma e conteúdo, os Jogos de 2016 aceleraram o processo de transformação que já ocorria na produção do espaço urbano, atualizando e reforçando a acumulação desigual de



tempos (SANTOS, 1985), cujas características no contexto carioca resultam, por exemplo, no padrão de habitação segregador, na expulsão dos pobres dos territórios ricos e na conseqüente agudização do fenômeno de periferização. O Rio Olímpico seria mais um desdobramento em direção à cidade gerida pelo mercado, murada, controlada e, se possível, pacificada. Neste panorama, o lugar das classes subalternas, bem como a imagem a elas vinculada, é claramente relegado ao segundo plano.

O exercício proposto buscou destacar algumas das falas míticas que estigmatizam o pobre e seus desdobramentos na produção da metrópole contemporânea. No decorrer da análise, observamos que tais representações são acima de tudo históricas, se atualizando e permanecendo no imaginário de quem discorre sobre a pobreza e seus perigos. No entanto, deve-se reconhecer que, esperançosamente, as falas permanecem no plano discursivo e são passíveis de serem destruídas. A despeito de qualquer esforço exercido para encobrir suas origens, as falas continuam sendo *falas* que jamais foram, são ou serão naturais. Pela cidade e por aqueles que a constroem, cabe a nós o esforço investigativo, crítico e constante: tão transescalar quanto o capital, tão eficaz quanto os megaeventos, tão incisivo quanto as vozes que o compõem.

Bibliografia

BBC. (2015) '*Como é que você vai botar o pobre ali?*', diz bilionário 'dono da Barra da Tijuca'. [Online] Disponível em: < bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150809_construtora_olimpiada_jp >. Acesso em: 29 mai. 2016.

BARTHES, Roland. (1989) *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand, 8a Ed.

CALDEIRA, Teresa Pires. (1997) Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 47. pp. 155-176.

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. (2015) *SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula.

FERRAZ, Sonia. M. T.; POSSIDÔNIO, Edson R. (2004). Violência, Medo e Mercado: uma análise da publicidade imobiliária. Piracicaba: *Impulso*, v.15, n.37. pp. 79-88.



LEITE, Márcia. (2012) Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e política de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 6, n. 2. pp. 374-389.

MACHADO, Luiz Antonio. (2009) Quarenta anos de sociologia das classes popular. In: CARNEIRO, S. et SANT’ANNA, M. (org.) *Cidade: olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond.

O GLOBO. (2015) *Paes rebate declaração de dono da Vila Olímpica sobre pobre* [Online] Disponível em: <<http://goo.gl/Kk6SCF>>. Acesso em: 29 mai. 2016.

SANTOS, Milton. (1985) *Espaço e método*. São Paulo: Nobel.

UOL. (2015) *Nuzman rebate 'dono' do Parque Olímpico e diz que Rio-2016 é para todos* [Online] Disponível em: <<http://goo.gl/aBy4i8>>. Acesso: 29 mai. 2016.

VAINER, Carlos. (2011) Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. *XIV Encontro Nacional da Anpur*. Rio de Janeiro: Anpur.

VALLADARES, Lícia. (1991) Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, R. (org.) *Corporativismo e desigualdade*. Rio de Janeiro: Rio Fundo / IUPERJ. pp. 81-112.